

A função pastoral dos arquivos eclesiais

JACINTO SALVADOR GUERREIRO

A Santa Sé, através da Comissão Pontifícia dos Bens Culturais da Igreja, publicou em 2 de Fevereiro de 1997 uma **Carta Circular sobre a função pastoral dos arquivos eclesiais** (Cidade do Vaticano, 1997, 45 pp.). Este documento confirma um sentimento geral acerca do valor dos arquivos da Igreja e apresenta as linhas gerais sobre a urgência em conservar, proteger e promover o património documental da Igreja. Define claramente que *“os arquivos são os lugares da memória eclesial que deve ser conservada e transmitida, reavivada e valorizada, pois representam a mais directa ligação com o património da comunidade eclesial”* (p.17).

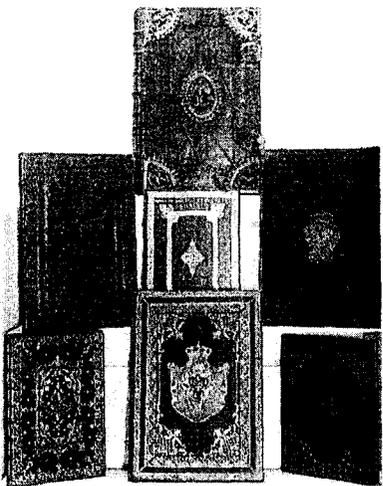
Esta Carta inscreve-se na dinâmica da **“nova evangelização”** e tem em conta o inte-

Arquivo Diocesano de Aveiro

Começo por dizer que restrinjo as minhas breves palavras apenas ao que conheço; e o que conheço mais especificamente diz respeito ao arquivo diocesano ou episcopal de Aveiro.

Não é demais lembrar a **importância dos arquivos da Igreja**, e isto por um duplo título. Primeiro, porque eles testemunham e documentam páginas de vida das respectivas comunidades e da própria nação; quando lamentavelmente se destroem, fica truncada a integridade da nossa história e do próprio património nacional. Segundo, porque eles guardam a trajectória cristã de gerações e gerações que nos precederam; à luz da fé, os crentes descobrem aí a acção de Deus em favor dos homens e através dos homens, na trama contínua da história.

Entendo por arquivo episcopal ou diocesano aquele acervo de documentos que se referem ao governo pastoral do Bispo e dos serviços da respectiva Cúria e que constantemente se vão somando,



resse despertado recentemente pelos temas acerca dos arquivos eclesiais. Apela à necessidade urgente de conservar os documentos, utilizá-los, protegê-los, torná-los acessíveis, guardá-los e publicá-los. Os arquivos representam a memória, são expressão da acção do Povo de Deus na história da salvação e constituem-se em instrumentos de vitalidade para a missão pastoral da Igreja, na actualidade.

A elaboração deste documento pontifício reflecte o carácter universal da Igreja e o estímulo daqueles que trabalham nesta área anunciando a verdade revelada em Jesus Cristo; e que pelas suas atitudes recordaram, renovaram e promoveram o crescimento espiritual das comunidades eclesiais, transmitindo-O como Senhor e Salvador da humanidade, às gerações vindouras. A Carta não pretende ser um documento técnico mas estar ao serviço da pastoral, ou seja, pretende ser um **documento pastoral** e é disso testemunho quando refere que recolheu sugestões junto de diversos grupos: vigários e administradores diocesanos, arquivistas, membros do clero, religiosos, religiosas, leigos e historiadores.

dia a dia, ano a ano. Como a Cúria tem três sectores autónomos, embora sob a única responsabilidade do bispo da Diocese, o **arquivo episcopal** divide-se necessariamente em **judicial, pastoral e administrativo**.

A Diocese de Aveiro foi restaurada em 11 de Dezembro de 1938; por isso, o seu arquivo não tem documentos e papéis muito antigos, como outras dioceses. Apenas herdámos da anterior Diocese (1774-1882) uns registos de correspondência dos últimos anos, uma dúzia de livros manuscritos de colações de párocos, cada um referente a uma freguesia, um formulário da Cúria e mais uns papéis avulsos. Até o primeiro inquérito, ordenado no início do governo eclesial do bispo D. Antonio Freire Gameiro de Sousa em 1775, ficou no arquivo diocesano de Coimbra, não nos sendo restituído; foram-nos simplesmente facultadas fotocópias dos originais, as quais se encadernaram em volume. A tudo isto juntaram-se outras fotocópias, estas de documentos existentes no arquivo do Vaticano sobre a criação da Diocese e sobre a confirmação dos seus bispos e ainda

A sua **estrutura interna** desenvolve-se ao longo de **quatro pontos principais**: 1. A importância eclesial da transmissão do património documental; 2. Os lineamentos de um projecto orgânico; 3. A conservação dos papéis da memória; 4. A valorização do património documental para a cultura histórica e para a missão da Igreja. O texto acentua, desde a nota introdutória até à conclusão, uma indicação de carácter geral muito importante, indicando que se torna imperativo que as dioceses **“observem as disposições canónicas”** sobre esta matéria, sobretudo os (CIC/1983) Can. 173; 486 a 491; 535; 895; 1082; 1132; 1306 e 1719.

Além desse fio condutor e imperativo para cada diocese, este documento define a tipologia eclesial dos arquivos em arquivos diocesanos, arquivos paroquiais, arquivos de outras entidades não sujeitas ao Bispo diocesano (p.18) e enuncia prioridades a desenvolver, por exemplo:

1. Proceder ao potenciamento ou à instituição dos arquivos históricos, à tutela e conservação do arquivo secreto, à cônica disposição dos

algumas dezenas de livros litúrgicos antigos – a maior parte dos quais depositados pelas paróquias, continuando sua propriedade; temos, por exemplo, uma bíblia-vulgata, impressa em 1596, alguns missais do século XVII e um exemplar do conhecido e raríssimo missal de Estêvão Gonçalves, editado em 1873.

Da nova Diocese, reuniram-se e ordenaram-se cartas, cópias de cartas, recortes da imprensa e apontamentos sobre a sua restauração; depois, a partir de 1953, foi-se organizando o arquivo, um pouco por intuição. Reconheceu-se facilmente que **um arquivo constitui a memória histórica da instituição** a que pertence, devendo ser, nas diferentes épocas, o reflexo documental da história e das diversas actividades dessa instituição; seguindo este princípio, um arquivo tem de estar sistematizado para permitir, em qualquer momento, o encontro de documentos, a reconstrução histórica da instituição que lhe deu origem.

Assim, além dos arquivos dos sectores judicial e pastoral, foi possível dispor, com determinada or-

arquivos correntes, à oportuna informatização, admissão de pessoal qualificado, ao auxílio de técnicos, à circulação de informações entre os diversos arquivos, à participação em Associações arquivísticas nacionais e estrangeiras, e à promoção da comunicabilidade do material recolhido para a consulta e para o estudo (p.18). Que se faça uma conveniente regulamentação e organização da documentação produzida (p. 20 e 22).

2. Dar particular atenção à metodologia no ordenar o arquivo. Deve adquirir-se uma

conveniente mentalidade administrativa de acordo com as tecnologias modernas: o uso dos meios multimédia para levar a cabo a catalogação e inventário de uma maneira sistemática e coerente (p. 23).

3. Confiar a gestão dos arquivos a profissionais especializados (p. 27 e 28).

4. Promover as Associações arquivísticas, para que sejam activas e formadoras na actualização dos arquivistas e na tutela do património (p. 28).

5. Estruturar os arquivos com salas próprias

dem, tudo o que se encontrou dos quinze anos anteriores (1938-1953), com vista ao desenvolvimento posterior, dando-lhe **as seguintes alíneas:**

- Processos de admissão a ministérios laicais – Processos de ordenação de presbíteros e diáconos – Processos de casamento – Extractos do Registo Paroquial – Relações com a Santa Sé – Relações com a Conferência Episcopal – Relações interdiocesanas – Relações com o Estado e seus Organismos – Relações com associações culturais, políticas, cívicas, etc. – Nomeações para os cargos da Cúria Diocesana – Relações com os presbíteros e diáconos – Formação dos candidatos ao Presbiterado e ao Diaconado e sua formação permanente – Seminários – Relações com as Comunidades Religiosas – Relações com os movimentos e obras da Igreja – Catequese da Infância, da Adolescência e da Juventude – Pastoral universitária e escolar – Colégios católicos – Pastoral dos Sacramentos – Pastoral familiar – Pastoral missionária, das migrações e afins – Relações com outras Igrejas não-católicas e seitas – Pastoral da saúde – Pas-

toral dos presos, dos marginalizados, excluídos sociais e afins – Relações com as Misericórdias e Instituições de solidariedade social – Imprensa e meios de comunicação – Arte, património e liturgia – Festas religiosas – Outras manifestações de culto religioso – Paróquias (individualmente) – Presbíteros e diáconos (individualmente) – Economato.

Neste momento, construído um novo edifício para alguns serviços da Cúria Diocesana, procede-se a um melhor acondicionamento do arquivo, para o qual se reservaram dois pisos. Todavia, ao ter-se ultimamente conhecimento dos índices ou classificações de outros arquivos diocesanos – espanhóis, franceses, italianos, etc. – verificou-se que não é muito diferente daqueles o esquema seguido em Aveiro há mais de quarenta anos; decerto, com o seu confronto tentar-se-á melhorar o nosso. Talvez não se demore muito a usar os processos informáticos, para melhor organização e mais expedita procura.

MONS. JOÃO GONÇALVES GASPAR
Vigário Geral da Diocese

Arquivo Diocesano de Bragança Tratamento informático dos seus fundos

As convulsões político-religiosas do século passado e da primeira metade do século XX trouxeram consequências negativas para os arquivos, tanto civis como eclesiásticos. Acções de conservação e restauro, se as houve, foram episódicas ou quase nulas. Apesar desta atitude quase negativa, os fundos arquivísticos foram-se mantendo graças

a uma certa inércia e ainda interesse que os arquivos eclesiásticos mereceram a algumas entidades.

A Diocese de Bragança-Miranda fundada em 22.5.1545, a partir da arquidiocese de Braga, foi criando um fundo arquivístico bastante valioso. A história da Diocese regista o interesse de alguns

para depósito e salas para a consulta de documentos, valendo-se de convenientes meios de segurança, de medidas de higiene normalizadas. Promover a boa imagem da instituição (p. 32 e 33).

6. Facilitar os acessos à consulta da documentação e promover a investigação através dos mais adequados e modernos meios de comunicação (edição de catálogos, exposições, publicações, ligação à internet, entre outros). Que os arquivos eclesiásticos assumam o papel de uma verdadeira agência cultural (p. 33, 34, 37 e 39).

Em conclusão, os arquivistas eclesiásticos contribuem através da sua competência científica - como instrumentos de evangelização e de catequese - para a missão pastoral da Igreja, promovendo os documentos e o diálogo entre as diferentes culturas (p. 38). Esta Carta é um instrumento para estimular o diálogo nas Igrejas locais, tornar consciente a necessidade de melhor conhecer o património documental e de valorizar este Bem Cultural para a cultura histórica e para a missão da Igreja. ♦

bispos pela conservação do seu património arquivístico. As crises políticas e a transferência da documentação foram prejudiciais. Há séries de Livros Paroquiais muito incompletas. Para a manutenção de alguns fundos foi providencial o interesse de D. José Alves de Mariz (1885) e ainda o Abade de Baçal (1947) durante a primeira metade do século XX. O acervo documental da diocese serviu, tanto ao Abade de Baçal (Francisco Manuel Alves) como a Mons. José de Castro, de fonte para a obra histórica que os dois investigadores realizaram.

Quanto à conservação dos documentos, tem sido de grande interesse a acção de D. António José Rafael. Organizou o espaço físico do Arquivo do Paço Episcopal e dotou o conjunto dos Livros Paroquiais de unidades de instalação que muito contribuem para a manutenção dos documentos.

Mercê de acordo havido entre a Comissão de Inventário do Património Cultural, coordenado pelo Arquivo Distrital de Bragança, seus técnicos e a Diocese de Bragança, foi possível realizar o tratamento informático arqbase da documentação dos Livros Paroquiais.

Numa 2ª fase, a Diocese de Bragança, com o apoio da Universidade do Minho, fez a candidatura ao Projecto Praxis 21. Com o apoio financeiro deste projecto já se adquiriu material informático necessário ao tratamento das centenas de Processos de Gêner que há no Paço Episcopal. Circulares, Livros de Visitações, Inventários, Livros de Confrarias, esperam também o mesmo tratamento informático. O Projecto Praxis 21 tem apoio, financeiramente, o levantamento de Livros Paroquiais dispersos pelas paróquias da Diocese.

Que esta pequena notícia sirva de informação e sensibilização para todos quantos têm o direito e obrigação de manter a memória do Povo de Deus.

PE. BELARMINO AFONSO

Arquivo Diocesano de Viseu

Quando em 1963 assumi a responsabilidade dos serviços da Câmara Eclesiástica desta Diocese de Viseu, por morte do anterior Chanceler, Cón. José Augusto da Trindade, encontrei todo o recheio do arquivo da Cúria Diocesana amontoado num pequeno espaço e à espera de local apropriado para ser instalado.

Não havia qualquer apanhado do material existente e, mesmo que houvesse, seria impossível a consulta por estar tudo "a monte".

Em 1964, com a ajuda de alunos do nosso Seminário Maior, dada sobretudo nas férias do verão, depois de encontrar um local aceitável e de montar estantes metálicas apropriadas, começámos a instalar lá todos os maços de papéis e livros manuscritos existentes. Fizemos uma lista numerada de tudo, indicando, especialmente no que se refere aos livros manuscritos, o assunto que tratam e a época a que se reportam.

A partir de 1965 pudemos começar a atender os investigadores.

Limitamo-nos a facultar essa lista e, como também os livros estão numerados e por ordem, bastam-nos alguns segundos para pôr nas mãos dos interessados aquilo que pretendem. Assim e praticamente sem perda de tempo, deixamos satisfeitos ou pelo menos atendidos, aqueles que procuram o nosso Arquivo.

Os serviços da Cúria estão abertos todos os dias úteis das 10 às 12,30 e das 14,30 às 16



Arquivística religiosa Curso de formação de técnicos adjuntos

Ao longo dos últimos anos, o Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) da Universidade Católica Portuguesa tem vindo a organizar uma série de iniciativas no âmbito da Arquivística Religiosa, em que se destaca o I Curso de Arquivística Religiosa, realizado em Setembro de 1997, em Lisboa, a que se seguiu o II Curso de Arquivística Religiosa, em Setembro de 1998, no Porto, ambos em colaboração com o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

O CEHR pretende, em 1999, avançar para um projecto mais ambicioso visando, agora, não apenas uma sensibilização para as questões da Arquivística Religiosa em Portugal mas a forma-

ção de pessoal especializado através da organização de um Curso de Formação de Técnicos Adjuntos, em colaboração com a Associação Nacional de Arquivistas, Bibliotecários e Documentalistas.

O curso terá lugar em Lisboa e deverá ter início em Outubro de 1999, prolongando-se até Maio de 2000, num total de 640 horas lectivas seguidas de um estágio de 10 semanas. No fim deste período de formação, os técnicos estarão em condições de prestar um contributo importante na organização e valorização dos arquivos das dioceses, dos institutos religiosos ou de outras entidades eclesiais. ♦

horas. Também o Arquivo tem este horário.

Depois de feito todo este trabalho pude verificar o que, de resto, já sabia ou seja que 95 % daquele que foi o nosso Arquivo e não se perdeu com as convulsões provocadas pela Lei da Separação, em 1911, está hoje no Arquivo Distrital.

Procurando facilitar o trabalho aos Investigadores, tomámos a iniciativa de facultar a lista acima referida à Direcção do Arquivo Distrital e assim é frequente procurarem aqui o que falta lá, indicando logo o número da obra que desejam.

Nestes últimos anos, também com a colaboração de alunos do Seminário, temos estado a meter no computador dados referentes a todos os Padres que constam dos registos do nosso Arquivo. Esta tarefa está praticamente terminada. São milhares de fichas contendo cada uma as informações que foi possível recolher em relação a cada padre.

CÓN. SÍLVIO DUARTE HENRIQUES
Visu, 30.12.98

Arquivo Diocesano do Algarve

No que se refere à inventariação dos bens arquivísticos e bibliográficos, foi possível, nos últimos anos, desenvolver um trabalho sistemático de inventariação e catalogação de alguns arquivos e bibliotecas, com a colaboração de peritos nestas áreas e apoio de diversas instituições algarvias e nacionais. Os Serviços do Arquivo Distrital de Faro têm apoiado e realizado a catalogação do Arquivo Diocesano, que está praticamente concluído, do Arquivo do Cabido da Catedral e de algumas paróquias.

O Arquivo Musical do Seminário, que agrupa um conjunto notável de música sacra dos séculos XVIII e XIX, incluindo peças inéditas, foi tratado, com apoio da Fundação Gulbenkian, segundo critérios musicológicos científicos, encontrando-se incluído no catálogo europeu de arquivos musicais.

A Biblioteca do Seminário, por sua vez, tem o seu Fundo Antigo devidamente catalogado e está-se a proceder à informatização dos Fundos Modernos. O tratamento do Fundo Antigo foi realizado por especialistas da Biblioteca da Universidade de Coimbra e contou com uma colaboração activa dos seminaristas no que concerne à manipulação e tratamento dos livros. Este trabalho foi possível graças ao apoio de diversas entidades públicas e privadas. Os Fundos Modernos desta Biblioteca estão a ser informatizados. A tarefa é realizada pelos seminaristas nos seus tempos livres sob a orientação dos responsáveis pelo Arquivo Distrital.

PE. JOAQUIM DUARTE NUNES